



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

1
2 **Ata da Cerimônia de Posse e da Reunião Extraordinária dos (as) Conselheiros (as) do**
3 **COPED/PR – BIÊNIO 2021/2023**
4 **25 de junho de 2021.**
5

6 No vigésimo quinto dia do mês de Junho do ano de 2021 às 09h, em ambiente virtual por meio
7 do link disponibilizado via *e-mail* e transmitido ao vivo via *Youtube* da SEJUF e página do
8 *Facebook* do COPED, iniciou-se a Cerimônia de Posse do Biênio 2021-2023 da Sociedade Civil
9 do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os (as) –
10 **Convidados e Colaboradores:** Ângela Mendonça (chefe do DEDIF/SEJUF), Jackson Pitombo
11 (Diretor de Desenvolvimento Social da SEJUF – representando o Sr. Secretário) e o Dra.
12 Olympio de Sá Sotto Maior Neto (Procurador de Justiça – Coordenador do CAOP de Direitos
13 Humanos) e Roselene Sonda (MP/PR) e Juliana Muller (SEC). **Conselheiros (as) Titulares**
14 **Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR), Amaro do Nascimento (SEJUF),
15 Larissa Marsolik (SEJUF), Claudio Marques Rolin (SESP), Deputado Tadeu Veneri (ALEP),
16 Sandro de Oliveira Martins (TJ/PR); Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR); Aurelio Munhoz
17 (AMP) e Ana Raggio (SEJUF). **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:..**
18 **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Rute Regina Alves (ACTEP), Clau Lopes (APP
19 Sindicato), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo
20 Dignidade), Angela Elizabeth Sarneski (Rede Mulheres Negras - RMN/PR), Bruna Ravena Braga
21 dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu - Casa de Malhu),
22 Cristiane Aparecida Aureo Galdino (Associação do Movimento Cultural Afoxé Ogun Fúnmilayio),
23 e Diego Souza da Silva (Ass, Núbia Rafaela ALGBTI). **Conselheiros(as) Suplentes da**
24 **Sociedade Civil Organizada:** Delton Aparecido Felipe (ABPN), Jorasi Matias Borges
25 (Associação de Apoio a Moradia de Braganey), Aluizio Palmar (CDHMP), Waleiska Emília
26 Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR), Rita de Cássia Ferreira (Frente Movimento), Dayana
27 Brunetto Carlin dos Santos (Liga Brasileira de Lésbicas - LBL/PR) e Julia Maria Morais (CUT).
28 **Justificativa de ausência:** Jucimeri Isolda Silveira (CRESS). **Cerimônia da Posse dos (as)**
29 **novos (as) conselheiros (as), Biênio 2021/2023:** Inicialmente, a SEC Juliana Muller iniciou a



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

30 cerimônia de posse, enfatizando a imensa satisfação de estar participando de um evento tão
31 importante em prol do controle social, após um longo processo de eleição da sociedade civil.
32 Em seguida passou a palavra aos convidados: Dra. Angela Mendonça exaltou a importância do
33 Conselho Permanente de Direitos Humanos no Estado do Paraná, não somente neste momento
34 crítico, mas em toda sua história de vida. Sendo o COPED um espaço de luta, conflitos,
35 diversidades, dialogicidade e resistência... Um lugar de pessoas que defendem a democracia e
36 todas as diversidades, que é historicamente e tem sido a voz daqueles - que em termos
37 freireanos - são uns “ninguéns”. Portanto, Ângela expõe que agora, além de seu reconhecimento
38 e gratidão, o conselho contará com a sua presença e compromisso. O Dr. Jackson Pitombo
39 Cavalcante, Diretor de Desenvolvimento Social da SEJUF, primeiramente parabenizou a todos
40 (as) conselheiros (as) eleitos (as) pelo COPED neste biênio 2021-2023 e gratificou o excelente e
41 importantíssimo trabalho realizado até então pelo Conselho. O Professor Clau Lopes saudou a
42 todos, todas e todes presentes nesta reunião, enfatizando sua representação pela APP
43 Sindicato e sua luta e resistência para não deixar que nenhuma pauta, violência ou violação seja
44 rompida por um sistema incompreensivo e falho perante às várias bandeiras que aqui se
45 colocam. Clau ressaltou também a eleição histórica deste ano com mais de 60 entidades
46 inscritas, mas indicou que isso se deve ao enorme aumento de ataques e violações no cenário
47 atual brasileiro em todos os âmbitos e pautas. Clau registrou as lutas de sua gestão anterior, que
48 mesmo como vice-presidente, na maioria das reuniões exerceu a presidência pela ausência do
49 secretário, e que Ministério Público e OAB foram e são entidades de extrema importância para o
50 Conselho Permanente de Direitos Humanos, exaltando o trabalho realizado pelo Dr. Anderson e
51 o Dr. Rafael. O Prof. Clau exaltou também o trabalho realizado pelas cinco comissões e GTs do
52 Conselho na luta pelos direitos humanos. Neste sentido, Clau agradeceu também a Secretaria
53 Executiva do COPED, que mesmo com todas as dificuldades desenvolvidas ao longo da
54 quarentena foi essencial para o funcionamento do conselho, sendo que inicialmente a função de
55 secretária executiva fora exercida pela Ana Raggio, que acumulou as suas funções de
56 conselheira, e em seguida pela Sec. Juliana Muller, que também realizou um excelente trabalho
57 para o avanço das pautas do COPED. Por fim, Clau agradeceu pelo seu período como vice-
58 presidente pelo conselho e convidou a todos (as) a lutar e resistir contra essas políticas da morte



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

59 e exclusiva de tantas pautas e populações que não são representadas. O Dr. Olympio de Sá
60 inicialmente saudou a todos e todas e expôs sua alegria em estar participando deste evento de
61 cidadania, que é a posse dos conselheiros e conselheiras. Consequente, o Dr. Olympio trouxe o
62 registro de sua participação na criação do COPED em 1995, mesmo com toda dificuldade que
63 se pode imaginar para época, ele realizou a movimentação necessária em nome do Ministério
64 Público. O Dr. Olympio ressaltou que a história do COPED é trazer os Direitos Humanos para a
65 agenda política do Estado do Paraná e que essa eleição histórica do Conselho indica um
66 momento de reorganização popular. O Dr. Olympio também realizou a fala de que onde os
67 Direitos Humanos não se encontram devidamente inscritos e implementados, não se instala uma
68 sociedade genuinamente democrática e onde não há uma sociedade democrática, não se criam
69 as condições favoráveis para a superação pacífica dos conflitos sociais. Por fim, o Dr. Olympio
70 reafirmou a importância do COPED principalmente na perspectiva de educação em Direitos
71 Humanos, de inserir e implementar no Plano Estadual de Direitos Humanos a educação sobre
72 os direitos e atividades do poder público a partir da educação, acrescentando a necessidade da
73 presença do Secretário Ney Leprevost pela sua potencial contribuição na luta pelos direitos
74 humanos. Logo após, a Sec. Juliana solicitou que todos (as) os (as) representantes abrissem
75 suas câmeras para manifestação durante a leitura do Decreto de Nomeação nº 7934 de 16 de
76 junho de 2021 (leitura do documento na íntegra). Após a leitura, a Sec. Juliana convocou o Dr.
77 Jackson Pitombo para finalizar a cerimônia de posse. **Assim sendo, o Dr. Jackson Pitombo**
78 **oficialmente declarou empossados na forma da lei, os conselheiros (as) eleitos da**
79 **Sociedade Civil e os indicados pelo poder executivo, titulares e suplentes do Conselho**
80 **Permanente de Direitos Humanos do Paraná Biênio 2021-2023. A música ‘Pra Não Dizer**
81 **Que Não Falei Das Flores’ de Geraldo Vandré foi reproduzida após a declaração de posse.**
82 **Início da Reunião Extraordinária: 1. Aprovação da pauta:** foram solicitadas a inclusão das
83 seguintes pautas: Ofício 17/2021 – Liga Brasileira de Lésbicas Solicita verificação,
84 acompanhamento e providências cabíveis acerca do caso de lesbocídio – vítima Ana Paula
85 Campestrini; OAB/PR – extensão da consulta pública do da Nova Matriz Curricular ao Conselho
86 Estadual de Educação (até 30/06), bem como a realização de uma audiência pública por aquele
87 conselho, pois assim podemos estudar e apresentar algo propositivo; Indicações para o



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

88 PROVITA e PPCAM; Vaga no Observatório Interinstitucional de DH do TJPR; Resolução
89 Conjunta da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos; Aldeia AVA Guarani de Foz do
90 Iguaçu. A Sec. Juliana propôs que seja realizada uma Reunião Extraordinária no dia 29/06 para
91 aprovação do Edital de Eleição. As indicações do PROVITA e PPCAM e o Estatuto da Igualdade
92 Racial do Paraná ficaram para a ordinária do dia 02/07. **2. Indicação Vice-presidência:** a Sec.
93 Juliana relatou que conforme o Art. 18 do Regimento Interno: “*Art. 18 - Caberá ao(à) Vice-*
94 *Presidente, além da substituição do(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos, o*
95 *exercício das atribuições que por ele(a) lhe forem delegadas. § 1º - A função de Vice- Presidente*
96 *do Conselho será exercida por um(a) conselheiro(a) titular não-governamental, eleito(a)*
97 *pelos(as) demais conselheiros(as), através de voto aberto, para o mandato de 1 (um) ano,*
98 *permitida uma recondução. § 2º - Nas ausências e nos impedimentos do(a) Vice-Presidente*
99 *assumirá a função o(a) Conselheiro(a) titular mais idoso(a).*” O conselheiro Clau mencionou que
100 no dia 24/06 os 8 titulares da Sociedade Civil dialogaram e decidiram que será o conselheiro
101 **Marcel Jeronimo Lima Oliveira representante da entidade Grupo Dignidade.** A conselheira
102 Angela Elizabeth reforçou a necessidade da representação das mulheres negras no COPED,
103 estas que estão cada vez mais somando muito nas lutas em todo o Brasil. O vice-presidente,
104 Marcel, parabenizou a gestão realizada pelo Professor Clau Lopes e que este processo eleitoral
105 histórico fará parte de toda sua história de vida. Após isso, o vice-presidente Marcel realizou
106 uma breve fala sobre sua história de vida e sua luta em prol dos Direitos Humanos para aqueles
107 que ainda não o conheciam, sobre suas origens e bandeiras levantadas nestes anos, reforçando
108 sua gratificação em trabalhar com os novos conselheiros eleitos e a importância dos anteriores,
109 da necessidade da luta contra o governo genocida infelizmente estabelecido e parafraseou o
110 grande cantor, compositor e poeta Chico César: “*Deus me proteja de mim e da maldade de*
111 *gente boa, Da bondade da pessoa ruim, Deus me governe e guarde ilumine e zele assim*”. Por
112 fim, agradeceu novamente o espaço concedido e a importância dos objetivos do Conselho.
113 **INDICAÇÃO APROVADA. 3. Ratificação do calendário das reuniões 2021:** A Sec. Juliana
114 compartilhou com os presentes o calendário, este que foi aprovado pela gestão anterior que
115 deverá ser ratificado pela atual. O calendário está disponível no site da SEJUF na aba do
116 Conselho Permanente de Direitos. As datas das reuniões ordinárias definidas foram: Julho -



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

117 02/07/2021; Agosto – 06/08/2021; Setembro – 03/09/2021; Outubro - 01/10/2021; Novembro –
118 05/11/2021; Dezembro - 03/12/2021. O calendário foi revisado para eventuais feriados próximos,
119 mas não houve empecilhos, portanto foi aprovado. **4. Organização da comissão da eleição da**
120 **Ouvidoria;** O vice-presidente Marcel indica que cabe ao Conselho criar uma comissão
121 organizadora do processo eleitoral da ouvidoria externa que será responsável por conduzir o
122 processo. Assim sendo, solicitou os nomes dos integrantes - 2 da sociedade civil e 2
123 governamentais - que se dispõem a compor a comissão. O vice-presidente Marcel se dispôs a
124 acompanhar e auxiliar a comissão nas reuniões. Pela Sociedade Civil foram indicados: Clau
125 Lopes e Angela Sarneski. Dos conselheiros governamentais foram indicados: Anderson
126 Rodrigues Ferreira e Ana Raggio. A reunião da Comissão foi definida para o mesmo dia (25/06)
127 às 16 horas. O vice-presidente Marcel sugeriu como encaminhamento que a deliberação da
128 comissão eleitoral seja aprovada conjuntamente ao Edital. O presidente da comissão
129 representante da sociedade civil é o conselheiro Clau Lopes. **Aprovado. 5. Organização das**
130 **demais comissões;** O vice-presidente Marcel sugeriu que a discussão sobre a criação e
131 reorganização das comissões fique para a próxima reunião ordinária (02/07), com a autonomia
132 do trabalho das comissões que já possuem reuniões agendadas. O conselheiro Clau e as
133 conselheiras Angela e Bruna sugerem que as comissões sejam discutidas na reunião atual para
134 que não haja acúmulo e postergação de pautas. O vice-presidente Marcel indicou que as
135 comissões podem ser integradas por titulares e suplentes, além de profissionais especializados
136 e pessoas residentes na área investigada. Sobre a 'Comissão de Acompanhamento Legislativo,
137 Políticas Públicas, Educação em Direitos Humanos e Direito à Comunicação', Aurélio sugeriu
138 que os temas da comissão sejam reformulados e o número de participantes aumente devido à
139 alta demanda de pautas que ela produz, assim sendo a comissão necessita de uma
140 reformulação em outro momento, com mais tempo e debates sobre sua composição. Sobre a
141 'Comissão Permanente de Denúncias', a conselheira Ana aprova, mas ressalta que a comissão
142 possui apenas dois conselheiros governamentais, sendo importante que ela seja composta por
143 outros integrantes. Sobre a 'Comissão Permanente de Grupos Vulneráveis e Vulnerados', a
144 conselheira Rute indica que a comissão deverá ser reformulada e mais específica, pois todas as
145 pautas que não se enquadram nas outras comissões vão para lá. A conselheira Waleiska



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

146 reforçou a importância da Comissão Permanente de Grupos Vulneráveis e Vulnerados, pois ela
147 abrange todos os casos que não são específicos. Portanto, a comissão será reorganizada em
148 uma reunião futura. Sobre a 'Comissão Permanente de Monitoramento dos Sistemas de
149 Privação de Liberdade', a conselheira Waleiska sugeriu que seja reorganizada, com alteração do
150 seu nome e objetivos. Sobre a 'Comissão de Atenção à População em Situação de Rua', o
151 conselheiro Leonildo sugeriu que a comissão seja mantida. Assim sendo, após a definição sobre
152 as comissões permanentes, foram analisadas as propostas de criação de novas comissões. A
153 Comissão em Defesa dos Povos de Terreiro/Religiões de Matriz Africana foi sugerida pela
154 conselheira Cristiane (AMCAOF), que também sugeriu a inclusão de Comunidades Tradicionais
155 na Comissão. A conselheira Ana indicou que os povos de terreiro e religiões de matriz africana,
156 a princípio estão acobertados pelo Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial e pelo
157 Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, portanto é necessário levar
158 em consideração que existem essas instâncias, a conselheira também lembrou que há uma
159 demanda do COPED dentro da Secretaria de Justiça para a criação do Fórum Interconselhos. A
160 comissão foi mantida e aprovada por unanimidade. O conselheiro Clau sugeriu a criação da
161 Comissão Permanente em Defesa dos Direitos da População LGBTI+, pois na última gestão
162 houve poucos debates sobre a população LGBTI+ e LGBTFobia está instalada em estado grave
163 no Paraná. A comissão foi mantida e aprovada por unanimidade. A conselheira Ana retirou sua
164 participação na Comissão Permanente de Denúncias devido a sua participação na Comissão
165 Permanente em Defesa dos Direitos da População LGBTI+. Os encaminhamentos do ponto de
166 pauta supracitados foram aprovados por unanimidade, sendo que a discussão deverá ser
167 retomada na próxima reunião ordinária. **6. Ofício 17/2021 – Liga Brasileira de Lésbicas**
168 **Solicita verificação, acompanhamento e providências cabíveis acerca do caso de**
169 **lesbocídio – vítima Ana Paula Campestrini:** A Dayana Brunetto contextualizou o caso, este
170 que o inquérito policial já está sendo encerrado e compartilhado pelas mídias, onde a vítima Ana
171 Paula Campestrini foi alvejada por 14 tiros em frente ao seu condomínio. A vítima havia se
172 separado a alguns anos de seu ex-marido, tinha 3 filhos e vivia com sua companheira há mais
173 de 2 anos. O ex-marido não aceitava o relacionamento da ex-esposa e realizou uma emboscada
174 em conjunto com um amigo. Dayana ressalta a importância do envolvimento do COPED devido



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

175 à extrema violência e intolerância do caso. Proposta de encaminhamento: Ofício (gestores dos
176 órgãos) a SESP, MP (proposta – Promotoria de DH – crimes de ódio e para a Promotoria
177 Criminal), CEVID/TJ PR, CEVIGE/OAB/PR, Promotoria da Infância e da Juventude (questionar a
178 permanência das crianças junto com a família do autor do feminicídio) solicitando informações
179 sobre as providências realizadas. O conselheiro Clau sugeriu outro ofício para todos os órgãos
180 desse caso fomentando a questão do Professor Lindolfo, exceto para o CEVID e o CEVIGE. Os
181 encaminhamentos do ponto de pauta foram aprovados. **7. OAB/PR – extensão da consulta**
182 **pública do da Nova Matriz Curricular ao Conselho Estadual de Educação (até 30/06), bem**
183 **como a realização de uma audiência pública por aquele conselho, pois assim podemos**
184 **estudar e apresentar algo propositivo:** O ponto de pauta foi trazido pelo Conselheiro
185 Anderson e a proposta de encaminhamento: Organização de um grupo para elaboração do
186 ofício de encaminhamento solicitando a extensão. O grupo será formado pelos (as) conselheiros
187 (as): Anderson, Rute, Clau, Rita, Angela e Bruna. A proposta de encaminhamento foi aprovada.
188 **8. Resolução Conjunta da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos:** O vice-
189 presidente Marcel contextualizou o ponto de pauta, sendo um ponto acumulado desde 2018 pelo
190 conselheiro que faz parte de um Pacto Nacional dos Direitos Humanos que se reúne duas vezes
191 no ano debatendo as demandas dos Conselhos Estaduais dos Direitos Humanos. Entre as
192 atuações da Rede Nacional dos Direitos Humanos há a expedição de documentos conjuntos de
193 todos os conselhos estaduais, sendo assim, a rede não debate temas específicos dos Estados,
194 mas sim regionais ou nacionais. O documento referente à proposta do Deputado Federal Alceu
195 Moreira, que visa a reprovação da proposta legislativa que pretendia denunciar a Convenção
196 169 da OIT já internalizada no ordenamento jurídico brasileiro foi compartilhado pela Sec.
197 Juliana na reunião e aberta à questões a serem respondidas pelo vice-presidente Marcel.
198 Proposta de encaminhamento: Aprovado a adesão do COPED a Resolução Conjunta com a
199 informação ao Conselho Nacional por e-mail. **9. Vaga no Observatório Interinstitucional de**
200 **DH do TJPR:** A conselheira Ana respondeu que o ofício sobre a vaga já foi enviado e obteve
201 respostas, esta que foi compartilhada com os presentes e foi negativa à solicitação da vaga
202 devido a SEJUF já possuir assento no observatório. Proposta de encaminhamento: Envio de
203 ofício de resposta para esclarecimento sobre a função e o objetivo do Coped (com apoio da



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

204 conselheira Waleiska). O encaminhamento será acompanhado também pelo conselheiro
205 Sandro, representante do TJ. **10. Temática da Moradia Digna em Comissões:** Remanejado
206 para as comissões. **11. Aldeia AVA Guarani de Foz do Iguaçu:** O conselheiro Aluízio
207 contextualizou a situação do caso, onde 185 famílias moram em uma área muito pequena onde
208 foram realocados em São Miguel do Iguaçu. Devido a minúscula área de plantação, as famílias
209 passam fome e são ajudados pela Itaipu Binacional que é responsável pelo deslocamento
210 dessas famílias. Porém, a Itaipu envia somente 120 cestas básicas e 65 famílias não as
211 recebem e necessitam procurar ajuda em outros locais. Proposta de encaminhamento: Envio de
212 ofício à Itaipu Binacional, pedindo Informação. Atualmente na Aldeia do Ocoy, moram 185
213 famílias e apenas 120 recebem cestas básicas. Faltam 65 cestas. Além disso, os casos de
214 Covid e suicídios colocam em alerta, nós ativistas dos Direitos Humanos. Solicitando
215 informações sobre as providências adotadas sobre as requisições das cestas e solicitar o
216 fornecimento às famílias que não receberam. O encaminhamento foi aprovado pelo Conselho.
217 Abstenção da Conselheira Ana Raggio. **12. Informes de Conselheiros (as):** Os pontos de
218 pauta sobre o Estatuto da Igualdade Racial do Paraná, Indicações do PPCAM e PROVITA
219 ficaram para a reunião ordinária do dia 02/07. Além disso, a reunião extraordinária foi aprovada
220 para o dia 29/06. O conselheiro Aurélio reiterou a atualização dos nomes/entidades de todos (as)
221 conselheiros (as) no grupo do Conselho no *Whatsapp*. O conselheiro Aurélio também informou
222 sobre a vacinação de toda população adulta (18 anos ou mais) do Estado do Paraná até o dia
223 31/08/2021. Assim sendo, o conselheiro indaga se não é o caso do Conselho planejar a volta
224 das reuniões presenciais respeitando todos os protocolos necessários. A conselheira Ana
225 solicitou que todos (as) conselheiros (as) façam a leitura prévia do Regimento Interno do
226 COPED, conhecendo a legislação de criação e os documentos de funcionamento do conselho.
227 Para isto, a conselheira enviou para todos (as) o *link* dos documentos referidos acima, além de
228 atas, deliberações e todos os documentos que o conselho emitir. O vice-presidente Marcel
229 solicitou que os documentos sejam enviados também por *e-mail*. Por fim, Marcel agradeceu a
230 presença de todos, todas e todes presentes e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada por
231 Davi da Rosa, sendo a Juliana Muller a Secretária Executiva. Após a aprovação, a referida ata
232 será publicada no Dioe e disponibilizada no site da SEJUF, página do COPED.